



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE**

**(Do Sr. Julio Lopes)**

Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A duplicata de que trata a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, pode ser emitida sob a forma escritural, para circulação como efeito comercial.

Art. 2º A emissão de duplicata sob a forma escritural far-se-á mediante lançamento em sistema eletrônico de escrituração gerido por quaisquer das entidades que exerçam a atividade de escrituração de duplicatas.

Parágrafo único. As entidades de que trata o *caput* deverão ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil, nos termos de diretrizes do Conselho Monetário Nacional, a exercer a atividade de escrituração de duplicatas.

Art. 3º Deverão ocorrer no sistema eletrônico de escrituração de que trata o art. 2º, relativamente à duplicata emitida sob a forma escritural, no mínimo:

I - a remessa, a apresentação, a devolução e a formalização da prova do pagamento;

II - o controle e a transferência da titularidade;

III - a prática de atos cambiais sob a forma escritural, tais como endosso e aval;

IV - a inclusão de indicações, informações ou de declarações referentes à operação com base na qual a duplicata foi emitida ou ao próprio título; e



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

V - a inclusão de informações a respeito de ônus e gravames constituídos sobre as duplicatas.

§ 1º O gestor do sistema eletrônico de escrituração deverá encaminhar notificações dos atos mencionados no *caput* aos interessados.

§ 2º Caberá ao Conselho Monetário Nacional definir a forma e os procedimentos que deverão ser observados para realização das notificações previstas no § 1º.

Art. 4º Constituirá prova de pagamento, total ou parcial, da duplicata emitida sob a forma escritural, a liquidação, a favor do legítimo credor, de qualquer meio de pagamento pactuado entre as partes e informado no sistema eletrônico de escrituração mencionado no art. 2º, cujo valor se destine a amortização ou liquidação da duplicata, com referência expressa à duplicata amortizada ou liquidada.

Art. 5º O operador do sistema eletrônico de escrituração de que trata o art. 2º ou o depositário central, na hipótese de a duplicata emitida sob a forma escritural ser depositada, deverá expedir, a pedido de interessado, certidão de inteiro teor do título.

§ 1º Deverão constar na certidão expedida, no mínimo:

I - a data da emissão e as informações referentes ao sistema eletrônico de escrituração no âmbito do qual a duplicata foi emitida;

II - os elementos necessários à identificação da duplicata, nos termos do art. 2º da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968;

III - a finalidade para a qual a certidão foi expedida;

IV - a cláusula de inegociabilidade; e

V - informações acerca dos ônus e gravames.

§ 2º A certidão prevista no *caput* pode ser emitida de forma eletrônica, observados requisitos de segurança que garantam a autenticidade do documento.

§ 3º O sistema eletrônico de escrituração de que trata o art. 2º deverá manter em seus arquivos cópia eletrônica das certidões expedidas.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 6º Fica dispensado o protesto das duplicatas e de outros títulos emitidos sob a forma escritural, bem como dos títulos objeto de registro ou depósito centralizado, para todos os fins, inclusive para a prova da inadimplência e do descumprimento de obrigação originada nesses títulos de que trata a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

§ 1º A cobrança judicial da duplicata inadimplida emitida sob a forma escritural ou objeto de registro ou depósito centralizado independe de protesto em qualquer dos casos tratados na Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968.

§2º Caso o credor queira se utilizar da faculdade do protesto, poderão ser protestadas, observado o disposto na Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997:

I - a duplicata emitida sob a forma escritural; ou

II - a certidão mencionada no art. 5º desta Lei.

§3º O sistema eletrônico de escrituração deverá conter informações relativas aos eventuais protestos realizados.

Art. 7º A duplicata emitida sob a forma escritural é título executivo extrajudicial e pode ser executada inclusive com base na certidão mencionada no art. 5º.

Art. 8º Os lançamentos no sistema eletrônico de que trata o art. 2º substituem o Livro de Registro de Duplicatas, previsto no art. 19 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968.

Art. 9º São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais que vedam, limitam ou oneram, de forma direta ou indireta, a emissão ou a circulação de duplicatas emitidas sob a forma cartular ou escritural.

Art. 10. O Conselho Monetário Nacional poderá regulamentar o disposto nesta Lei, inclusive quanto aos requisitos de funcionamento do sistema eletrônico de escrituração e às condições de emissão, de negociação, de liquidação e de escrituração da duplicata emitida sob a forma escritural.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição trata de tema extremamente relevante que se refere à emissão de duplicata sob a forma escritural, a qual se mostra cada vez mais presente em face do desenvolvimento das tecnologias da informação.

Com efeito, o Código Civil, em seu art. 889, § 3º, é extremamente claro ao estipular que o título de crédito *“poderá ser emitido a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e que constem da escrituração do emitente, observados os requisitos mínimos previstos neste artigo”*.

Da mesma forma, o art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 9.492, de 1997, que trata do protesto de títulos e outros documentos de dívida, dispõe que *“poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das Duplicatas Mercantis e de Prestação de Serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos Tabelionatos a mera instrumentalização das mesmas”*.

Com efeito, o art. 15 da Lei nº 5.474, de 1968, que trata especificamente sobre as duplicatas, estabelece que a cobrança judicial será efetuada de acordo com o processo aplicável aos títulos executivos extrajudiciais mesmo quando se tratar de duplicata não aceita, desde que: (i) haja sido protestada; (ii) esteja acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria; e (iii) que o devedor não tenha, comprovadamente, recusado o aceite, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos em Lei.

Não obstante, é essencial que a emissão de duplicatas escriturais seja adequadamente regulada, em que pese as disposições aqui referidas.

Embora a duplicata escritural seja o registro efetuado exclusivamente em dispositivo de armazenagem informatizada de dados sob o controle do emitente, é usual que o emitente remeta os dados dessas transações mercantis ou de prestação de serviços a uma instituição financeira para emissão de boletos enviados aos devedores. Se o boleto bancário retratar fielmente os elementos da duplicata virtual, poderá ser protestado desde que



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

observados os requisitos estabelecidos pelo referido art. 15 da Lei nº 5.474, de 1968.

Entretanto, nada impede que exista a emissão de boletos sem qualquer verificação acerca da veracidade dos dados nele contidos ou mesmo do próprio endereço do destinatário. Nesse caso, esse destinatário estará impossibilitado de conhecer a própria existência do título emitido em seu desfavor, ocasionando o protesto que poderá acarretar expressivo dano ao pretense devedor.

Muito embora um dos requisitos da duplicata seja o nome e domicílio do devedor, é inegável que o protesto indevido de título no qual conste domicílio incorreto ou de título inexistente pode acarretar severo dano às pessoas incorretamente apontadas como devedores ou mesmo aos devedores legítimos que não recebem tempestivamente os boletos a eles encaminhados por erro no endereço utilizado.

Desses fatos pode ocorrer o protesto indevido de documentos que não cumprem os requisitos das duplicatas e a inserção indevida dos registros das pessoas identificadas como devedores em serviços de proteção ao crédito.

Muito embora essas situações possam ser sanadas por meio de decisões judiciais, há que se considerar que o longo tempo necessário para a obtenção desses provimentos jurisdicionais traz como consequência a manutenção, por longo período de tempo, do dano aos prejudicados.

Além desse aspecto, há ainda que ser considerado a dificuldade de acesso à justiça enfrentada pela parcela mais humilde de nossa população, e a dificuldade dos tribunais em atender ao enorme número de processos que já se encontram em andamento.

Dessa forma, consideramos que é essencial estabelecer um sistema que contribua substantivamente para a maior robustez e confiabilidade das duplicatas escriturais, uma vez que se trata de título de crédito de extrema relevância para o gerenciamento da liquidez das empresas dos mais diversos portes e segmentos da economia.

É imperativo que não apenas ocorra uma redução das duplicatas emitidas com dados incorretos que acarretam danos aos devedores, mas que sejam criadas ferramentas que possibilitem a diminuição expressiva



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

das chamadas “duplicatas frias” em circulação, que são documentos que não contam com o necessário suporte em efetivas transações de bens ou serviços.

É por esse motivo que a presente proposição busca estabelecer as normas para um sistema de escrituração eletrônica de duplicatas por entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil, conforme diretrizes do Conselho Monetário Nacional, a exercer essa atividade.

Os atos de remessa, apresentação, devolução e formalização da prova do pagamento; o controle e a transferência da titularidade; a realização de endosso ou aval; e a inclusão de informações ou de declarações referentes à operação suporte da emissão da duplicata ou a respeito de ônus e gravames constituídos serão todos registrados no âmbito do sistema eletrônico de escrituração ao qual nos referimos.

Ademais, será o gestor do sistema eletrônico de escrituração o responsável por encaminhar notificações dos atos relacionados à duplicata eletrônica aos interessados, na forma estipulada pelo Conselho Monetário Nacional.

É oportuno observar que a duplicata escritural também poderá ser depositada na forma prevista pela Lei nº 12.810, de 2013, que dispõe sobre o depósito centralizado não apenas de ativos financeiros, mas também de valores mobiliários. O depósito centralizado ao qual nos referimos, que é realizado por entidades qualificadas como depositários centrais, compreende a guarda centralizada desses ativos, o controle de sua titularidade efetiva e o tratamento de seus eventos.

Dessa forma, o projeto prevê que, a pedido do interessado, será expedida certidão de inteiro teor relativa à duplicata escritural emitida, a qual incluirá informações como a data e emissão e do sistema eletrônico de escrituração utilizado; os elementos necessários à identificação da duplicata; a finalidade para a qual a certidão foi expedida; a cláusula de inegociabilidade; bem como informações acerca dos ônus e gravames existentes.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A proposição também estabelece que fica dispensado o protesto das duplicatas e de outros títulos emitidos sob a forma escritural, bem como dos títulos objeto de registro ou depósito centralizado, para todos os fins, inclusive para a prova da inadimplência e do descumprimento de obrigação originada nesses títulos. Assim, a cobrança judicial da duplicata inadimplida emitida sob a forma escritural ou objeto de registro ou depósito centralizado independe de protesto, muito embora o credor, caso queira, possa se utilizar da faculdade do protesto, caso em que poderão ser protestadas tanto a duplicata emitida sob a forma escritural como a certidão à qual nos referimos. Ademais, O sistema eletrônico de escrituração deverá conter informações relativas aos protestos eventualmente realizados.

A proposição também esclarece que a duplicata emitida sob a forma escritural é título executivo extrajudicial, e dispõe que os lançamentos no sistema eletrônico de escrituração substituem o Livro de Registro de Duplicatas, previsto no art. 19 da Lei nº 5.474, de 1968, que regulamenta a duplicata.

Por fim, o projeto prevê que Conselho Monetário Nacional poderá regulamentar as disposições aqui apresentadas, inclusive no que se refere aos requisitos de funcionamento do sistema eletrônico de escrituração e às condições de emissão, de negociação, de liquidação e de escrituração da duplicata emitida sob a forma escritural.

Assim, certos do aspecto amplamente meritório da presente proposição e de sua expressiva importância para assegurar maior confiabilidade e segurança à emissão e circulação de duplicatas escriturais, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação

Sala das Sessões, em                    de                    de 2017.

Deputado **JULIO LOPES**